

HABEAS CORPUS Nº 546.618 - SP (2019/0347583-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JANETE DA SILVA SALVESTRO
ADVOGADO : JANETE DA SILVA SALVESTRO - SP292781
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : VALDEMIR FRANCO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VALDEMIR FRANCO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2189067-86.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II, IV e V, combinado com os artigos 14, inciso II, e 69, todos do Código Penal (por 3 vezes).

No dia 8/8/2019, o recorrente foi pronunciado e teve sua prisão preventiva mantida pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, contra a vítima Elaine Cristina Goes e art. 121, *caput*, c.c. art. 14, inciso II, do Código Penal, contra a vítima Daniele Gomes.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, na Corte estadual, questionando os requisitos da prisão preventiva.

O Tribunal de origem, contudo, concedeu a ordem, em parte, tão somente para afastar da pronúncia a referência ao concurso material entre os crimes.

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que os requisitos do art. 312 do CPP não são visualizados no caso e que o decreto construtivo do paciente não possui a devida fundamentação. Aduz, ainda, que o autuado possui residência fixa e é detentor de circunstâncias favoráveis, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque o Tribunal de origem considerou relevante a gravidade concreta do delito e a periculosidade social do acusado, evidenciada pelo *modus operandi* perpetrado, conforme se depreende do seguinte trecho transcrito do acórdão (e-STJ fls. 492/493):

[...]. O Paciente foi denunciado, processado e pronunciado por infração ao art. 121, § 2º, II, IV e V, c.c. art. 14, II, e art. 69, todos do Código Penal, porque, no dia 30 de março de 2019, por volta de 00h30min, no estabelecimento chamado "De noite", localizado na Avenida Victorio Morelli, nº 12, Jardim Primavera, na cidade e Comarca de Lençóis Paulista, com vontade homicida, por motivo fútil, mediante recurso que dificultou a defesa das vítimas e para assegurar a execução de outro crime, tentou matar Elaine Cristina Goes, Daniele Gomes e Solange de Fátima de Oliveira, apenas não conseguindo seu intento por circunstâncias alheias à sua vontade.

Segundo consta dos autos, o Paciente foi até o estabelecimento das vítimas Elaine e Daniele, em companhia de sua esposa Solange. Em dado momento, Elaine cobrou Solange uma dívida antiga e o Paciente disse que iria buscar o dinheiro; então, deixou o local, apanhou uma faca e voltou ao estabelecimento com a intenção de matar Elaine, em razão de ter cobrado sua esposa. O Paciente abordou Elaine pelas costas, imobilizou-a com um estrangulamento e desferiu ao menos três golpes de facas em seu abdômen. Ato contínuo, passou a desferir golpes de faca em direção ao tórax e cabeça de Daniele, atingindo-a no braço esquerdo, enquanto ela se defendia. A fim de

assegurar a execução dos crimes praticados contra as duas vítimas, Elaine e Daniele, passou a desferir golpes de facas contra todos que tentassem obstaculizar as injustas agressões por ele iniciadas, o que resultou, também, em dez facadas em sua própria esposa, Solange.

A pronúncia reconheceu a comprovação da materialidade dos crimes e fortes indícios de ter o Paciente praticado as condutas a ele imputadas, considerando a prova testemunhai até então produzida.

As condutas imputadas ao Paciente apontam para sua frieza, audácia e perigosidade incomum; é indicativa de pessoa desprovida de autocontrole e sensibilidade moral, necessários ao convívio em sociedade, que não tem como se sentir segura com a permanência de pessoa assim em seu meio.

As circunstâncias em que praticados os crimes imputados ao Paciente evidenciam perigosidade incomum de seu autor, exigindo seu afastamento do convívio social, mostrando-se, no caso, recomendável a manutenção da prisão cautelar, amparada pela garantia da ordem pública.

A prisão cautelar também se legitima como forma de assegurar a aplicação da lei penal, haja vista que, se condenado, ao Paciente poderá ser aplicada pena rigorosa, não sendo recomendável a revogação de sua prisão, pois, solto, poderá esquivar-se da aplicação da lei penal.

Ademais, ilógico manter a prisão cautelar de réu durante toda a instrução criminal e, uma vez proferida pronúncia, permitir-lhe, agora, que aguarde o julgamento de eventual recurso ou julgamento em liberdade.

Se antes era plenamente justificável a prisão provisória, com maior razão de ser o é agora, pelos mesmos fundamentos, como consignado na decisão de pronúncia. [...].

Ainda, "[s]e as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo *modus operandi*, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria" (HC n. 126.756/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator